

«Santa Casa da Misericórdia de Sines»

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2023

05 de março de 2024

(O presente documento inclui os elementos definidos pela portaria n.º 220/215, de 24 de julho)

ÍNDICE GERAL

«BALANÇO DO ATIVO»	2
«BALANÇO DO FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO»	3
«DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS»	4
«DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES»	5
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS DE 2022	6
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS DE 2023	7
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	8
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
NOTA INTRODUTÓRIA	10
NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	10
NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	10
3.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO	11
3.1.1. – PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE	11
3.1.2. – PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO	11
3.1.3. – CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO	11
3.1.5. – COMPENSAÇÃO	11
3.1.6. – INFORMAÇÃO COMPARATIVA	11
3.2.1. – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	12
3.2.2. – INVENTÁRIOS	13
3.2.3. – INSTRUMENTOS FINANCEIROS	13
3.2.4. – RECONHECIMENTO DO RÉDITO	13
3.2.5. – SUBSÍDIOS	14
3.2.6. – PROVISÕES	14
3.2.7. – LOCAÇÃO FINANCEIRA	15
3.2.8. – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	15
3.2.9. – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS	15
3.2.10. – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	16
3.3 – ACONTECIMENTO SUBSEQUENTES E PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO	16
3.4 – PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS	16
NOTA 4. FLUXOS DE CAIXA	17
4.1 – COMENTÁRIO DO ÓRGÃO DE GESTÃO SOBRE A QUANTIA DOS SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES QUE NÃO ESTÃO DISPONÍVEIS PARA USO	17
4.2 – DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS	17
NOTA 5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	17
5.1 – APLICAÇÃO INICIAL DE DISPOSIÇÃO DA NCRF-ESNL COM EFEITOS NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR, OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS	17
5.2 – ERROS MATERIALMENTE RELEVANTES DE PERÍODOS ANTERIORES	17
NOTA 6. ATIVOS FIXOS	18
NOTA 7. LOCAÇÕES	22
NOTA 8. IMPARIDADE DE ATIVOS	23
NOTA 9. INVENTÁRIOS	24
NOTA 10. RÉDITO	25
NOTA 11. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES	26
NOTA 12. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS	27
NOTA 13. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	28
NOTA 14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	28
NOTA 15. BENEFÍCIO DOS EMPREGADOS	33
NOTA 16. DETALHE DE GASTOS E RENDIMENTOS	34
16.1 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS	34
16.2 – JUROS E GASTOS SIMILARES	34
16.3 – RENDIMENTOS E GANHOS DE FINANCIAMENTO	35
16.4 – OUTROS GASTOS E PERDAS	35
16.5 – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	35

«Balço do Ativo»

RUBRICAS	Notas	2023 (1)	2022 (2)	Varição % (1)-(2)
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	6	4.703.436,70	4.825.072,54	-2,52%
Propriedades de investimento	6	349.313,19	-	100%
Ativos Intangíveis	6	15.233,39	12.441,29	22,44%
Investimentos financeiros		-	-	
Fundadores/beneméritos/patrocinad./doadores/assoc./membros		-	-	
Outros créditos e ativos correntes		37.568,33	41.179,91	-8,77%
		5.105.551,61	4.878.693,74	4,65%
Ativo corrente				
Inventários	9	28.393,37	22.511,54	26,13%
Créditos a receber	14	48.710,67	83.970,40	-41,99%
Estado e outros entes públicos	14	3.668,31	9.073,65	-59,57%
Fundadores/beneméritos/patrocinad./doadores/assoc./membros		4.601,49	7.517,95	-38,79%
Outros ativos correntes	14	434.960,72	544.183,17	-20,07%
Diferimentos	14	13.207,94	11.736,50	12,54%
Caixa e depósitos bancários	4	1.203.563,91	657.731,15	82,99%
		1.737.106,41	1.336.724,36	29,95%
TOTAL DO ATIVO		6.842.658,02	6.215.418,10	10,09%



«Balanço do Fundos Patrimoniais e Passivo»

RUBRICAS	Notas	2023 (1)	2022 (1)	Variação % (1)-(2)
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Fundos		66.517,74	66.517,74	-
Excedentes técnicos		-	-	-
Reservas		886.129,65	886.129,65	-
Resultados transitados		-1.134.833,30	-1.366.194,46	-16,93%
Excedentes de revalorização		-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais		3.729.836,21	3.825.565,80	-2,50%
		<u>3.547.650,30</u>	<u>3.412.018,73</u>	<u>3,98%</u>
Resultado líquido do período		58.386,79	20.931,95	-178,94%
Total dos Fundos Patrimoniais		<u>3.606.037,09</u>	<u>3.432.950,68</u>	<u>5,04%</u>
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões		-	-	-
Provisões Específicas		-	-	-
Financiamentos obtidos	14	1.391.115,41	1.124.465,15	23,71%
Outras dívidas a pagar		-	-	-
		<u>1.391.115,41</u>	<u>1.124.465,15</u>	<u>23,71%</u>
Passivo corrente				
Fornecedores	14	390.052,71	279.435,62	39,59%
Estado e outros entes públicos	14	90.050,45	93.329,39	-3,51%
Fundadores/beneméritos/patroc./doadores/assoc./membros		0,00	12,00	-100,00%
Financiamentos obtidos	14	104.974,21	4.984,29	2006,10%
Diferimentos	14	178.316,07	304.226,57	-41,39%
Outros passivos correntes	14	1.082.112,08	976.014,40	10,87%
		<u>1.845.505,52</u>	<u>1.658.002,27</u>	<u>11,31%</u>
Total do Passivo		<u>3.236.620,93</u>	<u>2.782.467,42</u>	<u>16,32%</u>
Total dos Fundos Patrimoniais e Passivo		<u>6.842.658,02</u>	<u>6.215.418,10</u>	<u>10,09%</u>

«Demonstração de Resultados por Naturezas»

Rendimentos e Gastos	Notas	2023 (1)	2022 (2)	Variação % (1)-(2)
Vendas e serviços prestados	10	2.804.978,96	2.541.892,83	10,35%
Subsídios à exploração	12	2.417.607,14	2.232.433,17	8,29%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, ass. e empreend.s conjuntos		-	-	
Variação nos inventários da produção		-	-	
Trabalhos para a própria entidade		-	-	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-690.089,12	-582.175,18	18,54%
Fornecimentos e serviços externos	16.1	-900.410,42	-810.352,83	11,11%
Gastos com o pessoal	15	3.632.456,45	3.285.398,88	10,56%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8	-2.679,65	39.780,97	-106,74%
Provisões (aumentos/reduções)		-	-	-
Outros rendimentos e ganhos	16.5	358.208,43	281.031,52	27,46%
Outros gastos e perdas	16.4	-56.309,17	-162.630,73	-65,38%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		298.849,72	254.580,87	17,39%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	-186.614,13	-211.077,99	-11,59%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		112.235,59	43.502,88	214,90%
Juros e rendimentos similares obtidos	16.3	0,22	0,00	100,00%
Juros e gastos similares suportados	16.2	-53.849,02	-22.570,93	138,58%
Resultado antes de impostos (EBT)		58.386,79	20.931,95	178,94%
Imposto sobre o rendimento do período		-	-	
Resultado líquido do período		58.386,79	20.931,95	178,94%

(Handwritten signature and initials)

«Demonstração de Resultados por Funções»

Rendimentos e Gastos	NOTAS	2023 (1)	2022 (2)	Variação % (1)-(2)
Vendas e serviços prestados	10	2.804.978,96	2.541.892,83	10,35%
Custo dos serviços prestados	9	-690.089,12	-582.175,18	18,54%
Resultado bruto		2.114.889,84	1.959.717,65	7,92%
Outros rendimentos	12	2.775.815,79	2.513.464,69	10,44%
Gastos de distribuição		-	-	-
Gastos administrativos	16.1	4.719.481,00	4.306.829,70	9,58%
Gastos de investigação e desenvolvimento		-	-	-
Outros gastos	16.4	-58.988,82	-122.849,76	-51,98%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		112.235,81	43.502,88	158,00%
Gastos de financiamento (líquidos)	16.2	-53.849,02	-22.570,93	138,58%
Resultados antes de impostos		58.386,79	20.931,95	178,94%
Imposto sobre o rendimento do período		-	-	-
Resultado líquido do período		58.386,79	20.931,95	178,94%

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais de 2022

Rubricas	Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO EM 01-01-2022	66.517,74	-	886.129,65	-1.432.603,35	-	3.956.386,10	40.087,14	3.516.517,28	0,00	3.516.517,28
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Real. do exced. de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis										
Exced. s de revaloriz. de ativos fixos tangíveis e intangíveis e resp. variações										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				66.408,89		-130.820,30	-19.155,19	-83.566,60		-83.566,60
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							20.931,95	20.931,95		20.931,95
RESULTADO EXTENSIVO							20.931,95	20.931,95		20.931,95
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
Fundos										
Subsídios, doações e legados										
Outras operações										
POSIÇÃO NO FIM DE 31-12-2022	66.517,74	-	886.129,65	-1.366.194,46	0,00	3.825.565,80	20.931,95	3.432.950,68	0,00	3.432.950,68

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais de 2023

Rubricas	Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Resultados transitados	Excedentes de reavaliação	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO EM 01-01-2023	66.517,74	-	886.129,65	-1.366.194,46	0,00	3.825.565,80	20.931,95	3.432.950,68	0,00	3.432.950,68
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Real. do exced. de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis										
Exced.s de revalor. de ativos fixos tangíveis e intangíveis e resp. variações										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				231.361,16		-95.729,59	-20.931,95	114.699,62		114.699,62
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							58.386,79	58.386,79		58.386,79
RESULTADO EXTENSIVO							173.086,42	58.386,79		58.386,79
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
Fundos										
Subsídios, doações e legados										
Outras operações										
POSIÇÃO NO FIM DE 31-12-2023	66.517,74	-	886.129,65	-1.134.833,30	0,00	3.729.836,21	58.386,79	3.606.037,09	0,00	3.606.037,09

Demonstração de fluxos de caixa

Rubricas	31-12-2023 (1)	31-12-2022 (2)	Variação % (1)-(2)
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes	2.756.268,29	2.207.413,05	24,86%
Pagamentos a fornecedores	-1.206.328,66	-1.160.297,65	3,97%
Pagamentos ao pessoal	-3.632.438,43	-2.116.689,65	71,61%
Caixa gerada pelas operações	-2.082.498,80	-1.069.574,25	94,70%
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-	-	-
Outros recebimentos/pagamentos	2.270.465,75	1.418.437,63	60,07%
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	187.966,95	348.863,38	-46,12%
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-87.297,59	-53.950,07	61,81%
Ativos intangíveis	-	-	-
Investimentos financeiros	-	-	-
Outros ativos	-	-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	0,00	17.500,00	100%
Ativos intangíveis	-	-	-
Investimentos financeiros	-	-	-
Outros ativos	-	-	-
Subsídios ao investimento	-	-	100,00%
Juros e rendimentos similares	0,22	-	-100,00%
Dividendos	-	-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-87.297,37	-36.450,07	139,50%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	500.000,00	260.000,00	92,31%
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-	-
Cobertura de prejuízos	-	-	-
Doações	132.372,02	58.983,76	124,42%
Outras operações de financiamento	-	-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-133.359,82	-425.477,18	-68,66%
Juros e gastos similares	-53.849,02	-22.570,93	138,58%
Dividendos	-	-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-	-
Outras operações de financiamento	-	-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	445.163,18	-129.064,35	-444,92%
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	545.832,76	183.348,96	197,70%
Efeito das diferenças de câmbio	-	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	657.731,15	474.382,19	38,65%
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.203.563,91	657.731,15	82,99%

   N.

Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2023

NOTA INTRODUTÓRIA

NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Sines, supostamente fundada em 1516, teve os seus estatutos aprovados em Assembleia Geral de 18 de novembro de 1986, tendo sido concedida a sua aprovação canónica, por decreto diocesano de 27 de dezembro de 1986, pela Diocese de Beja. Foi também reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) a 30/06/1997, pela Portaria 778/83 de 23 de julho, pelo Ministério da Solidariedade e Segurança Social – Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social – Serviço Distrital de Setúbal.

A Santa Casa da Misericórdia de Sines é portadora do Número de Identificação Fiscal (NIF) 501408886, com sede na Avenida 25 de Abril n.º 2, freguesia e concelho de Sines.

As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2023 foram elaboradas, em todos os aspetos materialmente relevantes, de acordo com o novo Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL) e seguem os modelos definidos na Portaria 220/2015 de 24 de julho.

NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir de registos contabilísticos da Instituição e de acordo com a Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), aprovado pelo Decreto-lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, que aprovou o regime da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), o qual faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, com as retificações da Declaração de Retificação nº 67-B/2009, de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei nº 20/2010, de 23 de Agosto e pelo decreto-lei 98/2015 de 2 de junho.

Os instrumentos legais da normalização contabilística para as ESNL são as seguintes:

- Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março - aprova o regime contabilístico para as entidades do sector não lucrativo;
- Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho - revê os modelos de demonstrações financeiras incluindo aquelas a apresentar pelas entidades que apliquem o regime contabilístico ESNL;
- Portaria n.º 218/2015 de 23/07 - altera e republica o plano de contas a utilizar pelas entidades sujeitas ao SNC;
- Aviso n.º 8259/2015 de 29/07 - publica a norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo.

2.2 – *Não foram derogadas quaisquer disposições do ESNL que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.*

2.3 – *O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior (contas de 2023 com as de 2022). Há a referir que a rubrica Ativos Fixos Tangíveis foi reclassificada para Propriedade de Investimento.*

2.4 – A entidade adotou a NCRF-ESNL pela primeira vez em 2012.

NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Instituição na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com a NCRF-ESNL:

3.1.1. – PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, a Instituição avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com a atividade e os fins da Instituição. Da avaliação resultou que a atividade tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2. – PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3. – CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4. – MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5. – COMPENSAÇÃO

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF-ESNL. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Instituição. A Instituição empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

3.1.6. – INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NCRF-ESNL o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2. – POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

3.2.1. – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Instituição espera vir a incorrer. Posteriormente ao registo inicial a Instituição mantém estes ativos registados pelo método do custo, não tendo neste exercício procedido a quaisquer revalorizações.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, Despacho normativo 25/2009, de 14 de setembro (alterado pelas Leis n.ºs 64-B/2011, de 30 de dezembro, 2/2014, de 16 de janeiro, e 82-D/2014, de 31 de dezembro e pelo Decreto Regulamentar n.º 4/2015, de 22 de abril), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em duodécimos durante as vidas úteis estimadas:

Edificações ligeiras	-	6-10 anos
Outros edificios e construções		50 anos
Equipamento básico	-	4-6 anos
Equipamento de transporte	-	5 anos
Equipamento administrativo	-	4-6 anos
Equipamento informático	-	5 anos
Programas de computador		3 anos
Taras e vasilhame		8 anos



3.2.2. – INVENTÁRIOS

Os inventários, dada a vocação social da Entidade, são registados ao último preço de custo.

3.2.3. – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo menos perda por imparidade.

Os ativos financeiros são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

A perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.4. – RECONHECIMENTO DO RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual, em geral, é determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utente do ativo, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos pela entidade.

O rédito inclui somente os influxos brutos de contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da instituição recebidos e a receber pela instituição de sua própria conta.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário socorre-se do método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente ou utente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

3.2.5. – SUBSÍDIOS

Os subsídios, incluindo subsídios não monetários, apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Instituição cumprirá as condições a eles associadas e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.2.6. – PROVISÕES

São reconhecidas provisões apenas quando a Instituição tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões, existindo um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tenha associados custos que não sejam possíveis de evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

As provisões que resultem de matérias ambientais são reconhecidas e mensuradas como provisão de acordo com a obrigação relacionada.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade, não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados apenas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

Os ativos contingentes são divulgados quando for provável um influxo de contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Porém, quando a realização de rendimentos esteja virtualmente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é apropriado.

3.2.7. – LOCAÇÃO FINANCEIRA

A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato. Assim as locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e vantagens associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Quaisquer custos diretos iniciais, tais como de negociação e de garantia, são adicionados à quantia reconhecida como ativo. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.2.8. – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.2.9. – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos empregados classificam-se em:

- i) Benefícios de curto prazo;
- ii) Benefícios de médio e longo prazo;
- iii) Outros benefícios pós-emprego;
- iv) Benefícios de cessação.

a) Benefícios de curto-prazo

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

b) Benefícios de médio/longo prazo

Incluem-se nesta rubrica os benefícios relacionados com licença de longo serviço, ou outros benefícios de longo serviço, benefícios de invalidez de longo prazo, e se não foram liquidáveis dentro de 12 meses, gratificações e remunerações diferidas.



A Entidade reconhece o gasto ou o passivo relativo ao benefício à medida que os trabalhadores vão adquirindo o direito ao mesmo, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente.

c) Outros benefícios

São ainda considerados benefícios pós-emprego as seguintes rubricas: pensões, outros benefícios de reforma, seguros de vida pós-emprego e cuidados médicos pós-emprego.

d) Benefícios de cessação

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o contrato de trabalho de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

3.2.10. – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens, ao fornecimento de serviços ou a fins administrativos.

As Propriedades de Investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação efetuada por Entidade especializada independente ou custo de aquisição.

As despesas com manutenção, reparações, seguros, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração de Resultados. As benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor da Propriedade de Investimento.

3.3 – ACONTECIMENTO SUBSEQUENTES E PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

3.4 – PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

NOTA 4. FLUXOS DE CAIXA

4.1 – COMENTÁRIO DO ÓRGÃO DE GESTÃO SOBRE A QUANTIA DOS SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES QUE NÃO ESTÃO DISPONÍVEIS PARA USO.

A instituição colocou num depósito a prazo 200.000 € que tem à guarda e pertencem aos utentes. Os juros desse depósito já adicionados ao montante pertencente aos utentes não são rendimento da Santa Casa da Misericórdia de Sines. Nas contas à ordem encontram-se 55.474,70 € com o mesmo fim.

4.2 – DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. A caixa e seus equivalentes em 31/12/2023 detalha-se conforme se segue:

Caixa e seus Equivalentes

	<u>2022</u>	<u>2023</u>
Outros títulos negociáveis		
Depósitos bancários	653.094,34	1.198.224,93
Ativos financeiros pelo justo valor		
Caixa	4.636,81	5.338,98
	<u>657.731,15</u>	<u>1.203.563,91</u>

NOTA 5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.

5.1 – APLICAÇÃO INICIAL DE DISPOSIÇÃO DA NCRF-ESNL COM EFEITOS NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR, OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS

Não há outros efeitos da aplicação inicial da NCRF-ESNL.

5.2 – ERROS MATERIALMENTE RELEVANTES DE PERÍODOS ANTERIORES

Reconhecimento de ativos que não constavam na Contabilidade;
Reclassificação de Ativos Fixos Tangíveis para Propriedades de Investimento;
Correção às depreciações/amortizações.

NOTA 6. ATIVOS FIXOSATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2022 e em 31/12/2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

	Ativo Bruto								
	Saldo em 01/01/2022	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2022	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2023
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	49.980,70	49.980,70
Edifícios e outras construções	7.260.646,36	44.144,27	-	1.755,49	7.303.035,14	61.892,90	67.481,18	724.815,52	6.572.631,34
Equipamento básico	1.176.244,12	12.139,39	-	-	1.188.383,51	37.036,39	-	558.707,71	666.712,19
Equipamento de transporte	269.125,72	6.765,00	22.818,16	-	253.072,56	79.370,71	22.783,64	3,68	309.663,31
Equipamento administrativo	266.457,94	4.121,13	-	-	270.579,07	1.224,10	-	196.085,20	75.717,97
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos tangíveis em curso	113.859,38	39.535,98	-	119.198,75	34.196,61	31.758,54	-	42.314,46	23.640,69
Outros ativos fixos tangíveis	403.641,13	2.329,86	-	-	405.970,99	19.597,01	-	150.751,34	274.816,66
	9.489.974,65	109.035,63	22.818,16	120.954,24	9.455.237,88	230.879,65	90.264,82	1.722.658,61	7.973.162,86

Depreciações Acumuladas

	Depreciações Acumuladas								
	Saldo em 01/01/2022	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2022	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2023
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2.385.711,47	166.724,79	-	-	2.552.436,26	202.735,22	210.000,00	456.922,96	2.088.248,52
Equipamento básico	1.168.715,37	14.272,66	-	-	1.182.988,03	4.645,08	-	559.356,13	628.276,98
Equipamento de transporte	284.586,59	6.018,26	22.818,16	-	267.786,69	9.870,08	22.783,64	29.617,33	225.255,80
Equipamento administrativo	232.155,16	6.822,56	-	-	238.977,72	2.027,02	-	166.204,98	74.799,76
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	378.328,66	9.647,98	-	-	387.976,64	10.282,02	-	145.113,56	253.145,10
	4.449.497,25	203.486,25	22.818,16	0,00	4.630.165,34	229.559,42	232.783,64	1.357.214,96	3.269.726,16

O aumento verificado na rubrica Terrenos e Recursos Naturais inclui as depreciações do exercício das propriedades de investimento, no montante de 160.633,20 €

Gastos com Depreciações

	2022	2023
Ativos Fixos Tangíveis		
Terrenos e recursos naturais	-	-
Edifícios e outras construções	166.724,79	152.450,47
Equipamento básico	14.272,66	4.645,08
Equipamento de transporte	6.018,26	9.870,08
Equipamento administrativo	6.822,56	2.027,02
Equipamentos biológicos	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	9.647,98	10.282,02
	203.486,25	179.274,67

ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2022 e em 31/12/2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos intangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

Ativo Bruto

	Saldo em 01/01/2022	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2022	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2023
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador	65.604,77	4.190,02	-	-	69.794,79	10.048,92	-	-	79.843,71
Propriedade industrial	663,00	-	-	-	663,00	-	-	-	663,00
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	66.267,77	4.190,02	-	-	70.457,79	10.048,92	-	-	80.506,71

Pr. *cy* *af* *ad* *ad*

Amortizações Acumuladas

	Saldo em 01/01/2022	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2022	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2023
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador	50.120,91	7.525,44	-	-	57.646,35	7.273,16	-	82,64	64.836,87
Propriedade industrial	303,85	66,30	-	-	370,15	66,30	-	-	436,45
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	50.424,76	7.591,74	-	-	58.016,50	7.339,46	-	-	65.273,32

Gastos com Amortizações

	2022	2023
Ativos intangíveis		
Projetos de desenvolvimento	-	-
Programas de computador	7.525,44	7.273,16
Propriedade industrial	66,30	66,30
Outros ativos intangíveis	-	-
...	-	-
	7.591,74	7.339,46

Car. C. J. de B. N.

Propriedades de Investimento

Propriedade de Investimento	Quantia inicial	Aumentos	Transf.	Depreciações do Período	Perdas por imparidade	Reversões das perdas imparidade	Abates e Alienações	Total 31/12/2023	Rendimentos do período		
									Gastos do Período	Rendas	Outros
Terrenos e recursos naturais	-	-	127.486,60	-	-	-	-	127.486,60	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	382.459,79	7.649,20	-	-	-	374.810,59	-	30.318,80	-
Outras propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0,00	0,00	509.946,39	7.649,20	0,00	0,00	0,00	502.297,19	-	30.318,80	-

Outros créditos e ativos não correntes

	2022	2023
Outros créditos e ativos não correntes		
Fundo de compensação do trabalho	38.019,91	34.353,33
Participação de capital	3.160,00	3.215,00
	41.179,91	37.568,33

NOTA 7. LOCAÇÕES

Em 31/12/2022 e 31/12/2023, a Instituição apresenta os seguintes valores em regime de locação financeira, sendo os respetivos passivos relacionados com locações distribuídos da seguinte forma:

2022	Ativos em Locação Financeira			Passivos por Locação Financeira	
	Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido	Não Corrente	Corrente
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	8.242,66	5.060,73	3.181,93	3.258,37	4.984,29
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
	8.242,66	5.060,73	3.181,93	3.258,37	4.984,29

2023	Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido	Não Corrente	Corrente
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	8.242,66	5.143,96	3.098,70	-	3.098,70
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
	8.242,66	5.143,96	3.098,70	0,00	3.098,70

	Capital em Dívida 31/12/2022	Capital em Dívida 31/12/2023
Pagamentos até 1 anos	4.984,29	3.098,70
Pagamentos entre 1 e 5 anos	3.258,37	0,00
Pagamentos a mais de 5 anos	-	-
	8.242,66	3.098,70

NOTA 8. IMPARIDADE DE ATIVOS

As perdas por imparidade de ativos são detalhadas conforme se segue:

Imparidades

	Saldo em 01/01/2022	Aumentos	Reversões	Saldo em 31/12/2022	Aumentos	Reversões	Saldo em 31/12/2023
Ativos Fixos Tangíveis							
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-	-	-
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-
Ativos Intangíveis							
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador	-	-	-	-	-	-	-
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Propriedades de Investimento	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-	-
Inventários	-	-	-	-	-	-	-
Clientes	142.000,47	45.468,48	85.249,45	102.219,50	59.279,11	56.599,46	104.899,15
Outros devedores	-	-	-	-	-	-	-
Ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-	-
	142.000,47	45.468,48	85.249,45	102.219,50	59.279,11	56.599,46	104.899,15

NOTA 9. INVENTÁRIOS

Em 31/12/2022 e em 31/12/2023, os inventários da Instituição são detalhados conforme se segue:

	Inventários						
	Inventário em 01/01/2022	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2022	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2023
Matérias-primas e consumíveis	7.090,61	549.081,39	24.041,61	7.380,40	645.741,28	20.319,17	10.311,21
Produtos e trabalhos em curso							
Produtos acabados							
Mercadorias	1.471,91	59.830,31	3449,51	427,52	70.075,52	2.247,83	657,39
Material Diverso	18.353,14	1.110,06	4.759,58	14.703,62	4.649,11	1.927,96	17.424,77
	26.915,66	610.021,76	32.250,70	22.511,54	720.465,91	24.494,96	28.393,37
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				582.175,18			690.089,12
Variações nos inventários da produção				-			-

NOTA 10. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Instituição em 31/12/2022 e em 31/12/2023 é detalhado conforme se segue:

Réditos

	2022			2023				
	Valor Nominal	Valor reconhecido	Valor Diferido	Valor de acréscimo	Valor Nominal	Valor reconhecido	Valor Diferido	Valor de acréscimo
Venda de mercadorias	62.846,44	-	-	-	70.344,14	-	-	-
Fraldas	58.071,75	-	-	-	66.294,14	-	-	-
Medicamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros produtos	4.774,69	-	-	-	4.050,00	-	-	-
Prestação de serviços	2.479.046,39	-	-	-	2.734.634,82	-	-	-
Matrículas e Mensalidades	2.384.037,46	-	-	-	2.610.860,33	-	-	-
Complementos p/dependência	-	-	-	-	-	-	-	-
Quotizações	9.093,00	-	-	-	8.913,00	-	-	-
Meios compl. Diagnóstico	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	85.915,93	-	-	-	114.861,49	-	-	-
Juros	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros de empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros de atualização de valor	-	-	-	-	-	-	-	-
Royalties	-	-	-	-	-	-	-	-
Área de Negócio 1	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Área de Negócio 1	-	-	-	-	-	-	-	-
2.541.892,83	-	-	-	-	2.804.978,96	-	-	-

(Handwritten signatures and initials)

NOTA 11. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

A evolução das provisões nos períodos findos em 31/12/2022 e em 31/12/2023 é detalhada conforme se segue:

Provisões

	Saldo em 01-01-2022	Constituição e reforço	Reversões e utilizações	Saldo em 31/12/2022	Constituição e reforço	Reversões e utilizações	Saldo em 31/12/2023
Garantias a clientes	-	-	-	-	-	-	-
Processos judiciais em curso	-	-	-	-	-	-	-
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	-	-	-	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-	-	-	-
Contratos onerosos	-	-	-	-	-	-	-
Reestruturação	-	-	-	-	-	-	-
Desmantelamento e restauro de ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-
Outras provisões	-	-	-	-	-	-	-
Matérias ambientais	-	-	-	-	-	-	-

Doações e Heranças

	2022	2023
Donativos	58.983,76	157.731,75

(m. C7 de 2023)
N.

NOTA 13. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não ocorreram acontecimentos após a data do balanço, que dessem origem a ajustamentos das demonstrações financeiras.

NOTA 14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Entidade desenvolve uma variedade de instrumentos financeiros, no âmbito da sua política de gestão, nomeadamente:

Cientes

	Quantia Nominal		Imparidade		Valor líquido	
	2022	2023	2022	2023	2022	2023
Cientes Correntes						
Saldos não vencidos						
Saldos vencidos:						
Até 180 dias	77.100,65	47.438,57			77.100,65	47.438,57
De 180 a 360 dias	6.869,75	1.272,10			6.869,75	1.272,10
Mais de 360 dias						
Cientes Cobranças Duvidosas						
Saldos não vencidos						
Saldos vencidos:						
Até 180 dias	17.983,10	20.741,10	17.983,10	20.741,10		
De 180 a 360 dias	20.553,14	27.725,57	20.553,14	27.725,57		
Mais de 360 dias	63.683,26	56.432,48	63.683,26	56.432,48		
	<u>186.189,90</u>	<u>153.609,82</u>	<u>102.219,50</u>	<u>104.899,15</u>	<u>83.970,40</u>	<u>48.710,67</u>

Outras Ativos Correntes

	<u>2022</u>	<u>2023</u>
Fornecedores (saldos contrários)	14,79	14,79
Adiant. e outras operações com o pessoal Empresas do Grupo e Participadas	1.776,26	1.541,43
Outros acionistas	-	-
Adiant. a fornecedores de investimentos	1.937,36	-
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Juros a Receber	-	-
Faturação a emitir	-	-
Outros acréscimos de rendimentos	31.803,67	3.958,12
Outros Devedores		
Subsídios a receber	496.143,06	402.719,11
Outros	12.508,03	26.727,27
	<u>544.183,17</u>	<u>434.960,72</u>

Outros Devedores

(Quadro discriminativo)

Subsídio a receber	<u>2022</u>	<u>2023</u>
IEFP	23.448,49	18.215,10
POISE	153.824,00	78.983,44
CMS	166.250,00	152.900,00
Fundo Rainha Dona Leonor	152.620,57	152.620,57
	<u>496.143,06</u>	<u>402.719,11</u>

Diferimentos Ativos

	<u>2022</u>	<u>2023</u>
Diferimento de gastos		
Obras	-	-
Rendas	-	-
Vestuário e calçado doado	-	-
Outros gastos diferidos	11.736,50	13.207,94
	<u>11.736,50</u>	<u>13.207,94</u>

Financiamentos Obtidos

	2022	2023
Não Correntes		
Empréstimos Bancários	1.121.206,78	1.391.115,41
Contas Correntes Caucionadas	-	-
Descobertos Bancários	-	-
Locação Financeira	3.258,37	-
	<u>1.124.465,15</u>	<u>1.391.115,41</u>
Correntes		
Empréstimos Bancários	-	101.875,51
Descobertos Bancários	-	-
Livranças	-	-
Contas Correntes Caucionadas	-	-
Factoring	-	-
Locação Financeira	4.984,29	3.098,70
	<u>4.984,29</u>	<u>104.974,21</u>
	<u>1.129.449,44</u>	<u>1.496.089,62</u>

Prazo de Reembolso dos Financiamentos

	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos Bancários	1.391.115,41	101.875,51	36.111,05	1.355.004,36
Descobertos Bancários	-	-	-	-
Livranças	-	-	-	-
Contas Correntes Caucionadas	-	-	-	-
Factoring	-	-	-	-
Papel comercial	-	-	-	-
Locação Financeira	3.098,70	3.098,70	0,00	-
	<u>1.496.089,62</u>	<u>104.974,21</u>	<u>36.111,05</u>	<u>1.355.004,36</u>

Fornecedores

	2022	2023
Fornecedores, Conta Corrente	279.435,62	390.052,71
Fornecedores, títulos a pagar	-	-
Fornecedores, faturas em rec. e conf.	-	-
	<u>279.435,62</u>	<u>390.052,71</u>

Estado e Outros Entes Públicos

	2022	2023
Finanças	-10.152,22	-11.220,94
Segurança Social	-73.082,28	-75.161,20
Outros	-1.021,24	-
	<u>-84.255,74</u>	<u>-86.382,14</u>
	<u>2022</u>	<u>2023</u>
Saldos Devedores		
IRC – A Recuperar	-	-
IRC – Pagamento por Conta	-	-
Retenção imposto s/ rend.	-	-
IVA - A Recuperar	9.073,65	3.668,31
Restantes Impostos	-	-
Contribuição p/ Seg. Social	-	-
	<u>9.073,65</u>	<u>3.668,31</u>
Saldos Credores		
Corrente		
IRC - A Pagar	-	-
Retenção imposto s/ rend.	-19.225,87	-14.889,25
Retenção imposto s/ rend. - prestacional	-	-
IVA - A Pagar	-	-
Restantes Impostos	-	-
Contribuição p/ Seg. Social	-73.082,28	-75.161,20
Outras Tributações	-1.021,24	-
	<u>-93.329,39</u>	<u>-90.050,45</u>
Não corrente		
Contribuição p/ Seg.Social - prestacional	-	-
	<u>-84.255,74</u>	<u>-86.382,14</u>

Outras Passivos Correntes

	2022	2023
Não Correntes		
Clientes (saldos contrários)	-	-
Pessoal	-	-
Fornecedores de investimentos	-	-
Adiantamentos por conta de vendas	-	-
	-	-
Corrente		
Clientes (saldos contrários)	2.835,38	5.209,55
Pessoal	1.576,42	1.559,45
Empresas do Grupo e Participadas	-	-
Outros acionistas	-	-
Fornecedores de investimentos	10.010,71	97.308,30
Adiantamentos por conta de vendas	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	-
Remunerações a pagar ao pessoal	462.792,79	534.162,96
Juros a liquidar	-	-
Outros acréscimos de gastos	39.678,58	18.231,51
Outros Credores	459.120,52	425.640,31
	<u>976.014,40</u>	<u>1.082.112,08</u>
	976.014,40	1.082.112,08

Outros Credores
(Quadro discriminativo)

	2022	2023
Outros Credores		
Rui & Candeias - Caução	2.494,32	2.494,32
ACNunes - Caução	330,27	330,27
Anomalias LPS	20.286,73	20.286,73
Utentes	430.095,11	402.443,99
POAPMC	2.177,41	0,00
Outros	3.736,68	85,00
	<u>459.120,52</u>	<u>425.640,31</u>

Diferimentos

	2022	2023
Diferimentos de Rendimentos		
Faturação antecipada	-	-
Outros rendimentos a reconhecer		
IEFP	15.212,21	10.515,81
CLDS 4G	80.859,11	80.859,11
Comparticipação Excepcional	55.947,31	0,00
Comparticipação Adicional	152.207,94	0,00
Compromisso de Cooperação	0,00	86.941,15
	<u>304.226,57</u>	<u>178.316,07</u>

NOTA 15. BENEFÍCIO DOS EMPREGADOS

O número médio de trabalhadores ao serviço da Instituição em 2023 foi de 198 pessoas.

Gastos com o Pessoal

	<u>2022</u>	<u>2023</u>
Remunerações dos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações do pessoal	2.645.004,73	2.932.898,06
Encargos sobre Remunerações	577.058,52	636.073,82
Seguro Ac. Trab. e Doenças Profi.	40.466,24	41.239,79
Estimativa para participação nos lucros	-	-
Outros gastos com Pessoal	22.869,39	22.244,78
	<u>3.285.398,88</u>	<u>3.632.456,45</u>

Número Médio de Colaboradores

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
ERPI	81	74
Serviço Apoio Domiciliário	13	13
Lar Âncora	13	13
Centro de Acolhimento Mãe Sol	8	8
Centro de Dia	3	3
Lavandaria/Rouparia	10	9
Transportes	3	2
Manutenção	1	1
Limpeza	19	19
Cozinhas	25	24
Portaria	1	1
Administrativos/RH	8	7
Informática, Multimédia e Divulgação	2	2
Aprovisionamento/Armazém	6	6
Fisioterapia	3	3
CLDS	0	5
SAAS	2	3
	<u>198</u>	<u>193</u>

NOTA 16. DETALHE DE GASTOS E RENDIMENTOS

Apresentamos os comparativos discriminados dos saldos em 31/12/2022 e 31/12/2023 de rubricas de gastos e de rendimentos não incluídas nos pontos anteriores:

16.1 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS

	<u>2022</u>	<u>2023</u>
Trabalhos especializados	82.559,41	108.391,22
Honorários	78.755,79	57.445,80
Conservação e reparação	94.527,21	59.190,20
Encargos de saúde com utentes	34.045,73	27.071,73
Serviços Bancários	3.538,25	3.583,87
Funerais suportados	2.099,38	2.350,48
Ferramentas e Utensílios	52.741,63	73.454,94
Livros e documentação técnica	686,34	30,14
Material de escritório	13.013,58	12.592,42
Artigos para oferta	5.784,65	1.988,50
Material didático	1.273,61	2.487,72
Jornais e revistas	1.687,96	3.390,00
Vestuário e calçado de utentes	7.720,74	9.123,12
Rouparia	7,40	47,96
Eletricidade	84.404,84	92.104,22
Combustíveis	67.439,38	72.202,81
Água	9.433,07	21.214,78
Deslocações e estadas	5.018,44	4.321,43
Rendas e alugueres	5.225,40	8.865,95
Comunicação	18.973,38	24.757,43
Seguros	11.676,22	11.940,25
Contencioso e notariado	1.812,08	281,13
Despesas de representação	600,48	526,32
Limpeza, higiene e conforto	213.635,83	236.261,83
Outros	13.692,03	66.786,17
	<u>810.352,83</u>	<u>900.410,42</u>

16.2 – JUROS E GASTOS SIMILARES

	<u>2022</u>	<u>2023</u>
Juros de financiamento suportados	22.570,93	53.849,02
	<u>22.570,93</u>	<u>53.849,02</u>

16.3 – RENDIMENTOS E GANHOS DE FINANCIAMENTO

	<u>2022</u>	<u>2023</u>
Juros de depósitos bancários	0,00	0,22
	<u>0,00</u>	<u>0,22</u>

16.4 – OUTROS GASTOS E PERDAS

	<u>2022</u>	<u>2023</u>
Impostos	938,80	835,07
Correções relativas a períodos anteriores	158.521,92	52.276,46
Quotizações	3.170,00	3.162,00
Multas não fiscais	0,00	24,02
Outros não especificados	0,01	11,62
	<u>162.630,73</u>	<u>56.309,17</u>

16.5 – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

	<u>2022</u>	<u>2023</u>
Aluguer Equipamento	34.624,40	30.318,80
Alienações	0,00	120.645,63
Recuperação de dívida de clientes - juros	3.777,58	0,00
Outros Rendimentos Suplementares	4.697,55	6.658,95
Correções relativas a períodos anteriores	96.341,44	40.043,88
Sinistros	5.940,00	959,40
Imputação subsídios para investimento	121.998,55	159.258,46
Proveitos não especificados	13.652,00	323,31
	<u>281.031,52</u>	<u>358.208,43</u>

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O ÓRGÃO DE GESTÃO